

04 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Operação Patrocínio

O desembargador Luís Carlos Xavier do Tribunal de Justiça do Paraná determinou a revogação da medida cautelar de uso da tornozeleira eletrônica em favor de dois empresários investigados pelo Ministério Público no âmbito da Operação Patrocínio, que apura supostas irregularidades nos contratos firmados no município de Rolândia. Edgar Fernando Rufato e Euclides Antonio Rufato, da área moveleira, foram acusados de fraudes em licitação. A mesma medida de retirada da tornozeleira foi conquistada pelo prefeito afastado, Luiz Francisoni Neto (PSDB) na semana passada.

Operação Patrocínio 2

De acordo com os advogados Rodrigo Antunes e Alessandra Peres, a decisão do magistrado foi fundamental para restabelecer a legalidade no processo criminal. "Nem mesmo o Ministério Público de Curitiba tinha exigido a colocação do monitoramento. Isso porque eles estavam cumprindo as demais medidas cautelares sem nenhuma objeção", disse Antunes, acrescentando que os empresários negam qualquer prática ilegal nos contratos de aluguel firmados com o município de Rolândia.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME
É o bicho

04 DEZ 2018

Por envolvimento com o jogo do bicho, o presidente da Câmara de Vereadores de Jandaia do Sul, um ex-delegado e um ex- investigador de polícia da cidade, além de uma ex-delegada de Marialva, foram condenados criminalmente e também perderam os cargos públicos. A sentença proferida na sexta-feira (30) atende ação penal proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca e do Núcleo de Londrina do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Associação criminosa

O vereador foi condenado por associação criminosa e corrupção ativa. Os policiais, que atuaram na comarca entre os anos 1994 até 2010, por associação criminosa, corrupção passiva e falsidade ideológica. Eles já estavam afastados das funções por conta de ação civil pública. Além dos quatro, um empresário da cidade foi sentenciado por associação criminosa, corrupção ativa e falsidade ideológica. Segundo a denúncia do MPPR, proposta em dezembro de 2010, desde a década de 1980, a família do empresário é ligada à contravenção.

Cesare Battisti

O deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR) cobrou nesta segunda-feira (3) do STF (Supremo Tribunal Federal) solução para o caso Cesare Battisti. Para o presidente da Frente Parlamentar Brasil-Itália, o Supremo tem de decidir ainda este ano sobre a questão, antes da posse do presidente eleito Jair Bolsonaro. “Essa decisão tem de ser tomada, com urgência (pelo STF), ainda este ano para que o próximo presidente da República possa revogar a autorização dada por Lula para que Battisti continuasse a morar no Brasil”, disse ao defender a revogação do ato presidencial.

Condenado

Ex-membro do grupo Proletários Armados pelo Comunismo, de extrema-esquerda, que cometeu atos ilegais, Battisti foi condenado pela Justiça italiana à prisão perpétua por quatro homicídios (dois policiais, um joalheiro e um açougueiro). Após a sentença, fugiu para a França e para o México, antes de se estabelecer, em 2002, no Brasil. Em 2009, o STF decidiu pela extradição de Battisti, conforme pleito da Itália. Mas deixou claro que a palavra final cabia ao presidente da República. Lula, então, autorizou a permanência do italiano no Brasil.

04 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

O Conselho Nacional de Justiça reunido em Foz!

Como tem acontecido nos últimos anos, o Conselho Nacional de Justiça, que é dirigido também pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, promove sempre em dezembro o Encontro Nacional do Poder Judiciário, o fórum que define metas para o ano seguinte. Nos dois últimos anos, o encontro ocorreu em Brasília. O presidente Toffoli não deixou por menos: o encontro foi designado para Foz do Iguaçu e começará hoje às 17 horas e prosseguirá até a noite de amanhã, dia 4. E será no Recanto Cataratas -Thermas, Resort e Convention. Magistrados e servidores terão despesas custeadas pelo CNJ.

Os representantes dos tribunais regionais por suas respectivas cortes. Esse XII Encontro promete muitas sugestões, pois são esperados 800 participantes, que já começaram a chegar ontem a Foz.

MELISSA CACHONI RODRIGUES

Em busca de uma sociedade cada vez mais inclusiva

As mudanças atravessam a sociedade brasileira a todo instante, e, como consequência, os olhares da população devem estar atentos aos novos cenários. Exemplo dessas alterações é o significativo aumento populacional das pessoas com deficiência, ocorrido nos últimos anos. Em números, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 24% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência, o que equivale a aproximadamente 45,6 milhões de pessoas - índice 10% maior do que o apurado no Censo anterior.

As alterações constantes atingem também a questão terminológica. O termo “deficientes” deriva do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1981. Assim, nos anos 1980 entraram em uso as expressões “pessoa portadora de deficiência” e “portadores de deficiência”. Entretanto, estes termos fazem referência a algo que se “porta”, como algo temporário, sendo que, em sentido diametralmente oposto, a deficiência em grande parte das ocasiões é permanente. Além disso, a expressão “portador de deficiência” ou “portador de necessidades especiais” coloca a deficiência como “a marca” principal da pessoa, em detrimento de sua condição humana. Em momento posterior, tratou-se do tema sob a terminologia “necessidades especiais”, a qual calha com as necessidades educacionais das crianças com deficiência, mas estas podem ou não decorrer de deficiências.

Atualmente, tem-se como mais adequado e atual a designação “pessoas com deficiência”. Nesta expressão, ressalta-se a pessoa sobre sua deficiência, valorizando-se o ser humano independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. A mudança conceitual da deficiência representa grandes avanços em relação à dignidade de tais pessoas, e está registrada

na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006, internalizada no Brasil a partir de ratificação por meio do Decreto Legislativo 186/2008 (com status de emenda constitucional) e da promulgação pelo Decreto 6.949/2009. A este contexto, soma-se a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que trouxe uma série de relevantes conquistas.

Legalmente, o conceito de pessoa com deficiência diz respeito àquela com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, somado a uma ou mais barreiras existentes no meio, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Pode-se citar como tipos de deficiência a física, auditiva, visual, intelectual, o transtorno global do desenvolvimento e as síndromes e malformações congênitas.

Deste modo, destaca-se que as deficiências são constatadas a partir da existência de barreiras no ambiente em que o sujeito está inserido, as quais podem ser de ordem urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações e nas informações, atitudinais e tecnológicas.

A busca pelo desenho universal e pela adaptação razoável são caminhos para diminuição dessas barreiras e efetiva promoção da acessibilidade. Desenho universal significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico às pessoas com deficiência. A adaptação razoável, por sua vez, o conjunto de modificações necessárias e adequadas às pessoas com deficiência, sem que acarretem ônus desproporcional ou indevido aos que a devem promovê-la.

CONTINUA

04 DEZ 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“

O dever de promoção desses direitos é do Poder Público, na execução de obras e na prestação de serviços, inclusive de fiscalização”

O dever de promoção desses direitos é do Poder Público, na execução de obras e na prestação de serviços públicos, inclusive de fiscalização, conforme a legislação e normas técnicas vigentes para garantia da acessibilidade, e também dos particulares nos espa-

ços privados de uso coletivo, como nos shoppings, prédios e condomínios.

Por fim, importante lembrar que a Lei Brasileira de Inclusão elencou diversos dispositivos voltados à proibição de discriminação em razão da deficiência, esta qualificada como qualquer forma de distinção, restrição, exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Assim, neste Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, deve-se reconhecer que ainda há muito que se caminhar para plena garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mas o trajeto já percorrido nos demonstra que os avanços são possíveis e impactam diretamente na qualidade de vida não só dessas pessoas, mas da sociedade como um todo.

* MELISSA CACHONI RODRIGUES, promotora de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência do MPPR; professora e mestre em direito negocial

04 DEZ 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ANTENOR DEMETERCO JÚNIOR

José Dirceu e o STF

José Dirceu nos brindou com o primeiro volume de suas memórias escritas no cárcere. Escreveu, segundo conta, para que sua filha de sete anos e meio conhecesse sua história de vida, e para que o leitor o julgue (cf. p. 16.). Aproveitou a sua prisão que considera “injusta e ilegal” para ler e estudar: leu 100 livros na tranquilidade de sua cela. Dirceu, já julgado por quem de Direito, em seu texto julga seus contemporâneos com punho de aço, em especial os seus julgadores. Em mais de uma oportunidade, esquiva-se do stalinismo, ou seja, do aspecto brutalmente criminal de sua própria ideologia. Juiz de juízes critica acidamente os ministros nomeados em sua época para o Supremo Tribunal Federal e que não militam de acordo com seus interesses. A nomeação de Luiz Fux foi, para Dirceu, um erro feio, “ao ponto de sermos enganados por um charlatão togado” (cf.p.451.). Fachin “se fazia amigo aliado de todos os movimentos sociais”, “um engodo” (“ibidem”). Barroso “é um caso típico de como a cadeira de ministro, a vaidade e ânsia de poder mudam um advogado que renega toda a sua carreira anterior para servir aos poderosos” (“ibidem”). Algum dos indicados “esqueciam-se do que haviam escrito, do que haviam ensinado a seus alunos, do que haviam praticado na magistratura, no Ministério Público, na advocacia, no Serviço Público e mesmo na vida partidária e política”. Confesso que entendo como uma felicidade que estes esquecimentos transformaram estes juristas em juízes. Exemplifica entre os esquecidos os nomes de Ayres Britto, Cármen Lú-

cia e Joaquim Barbosa (cf.p.450.). Dirceu com tais críticas revela um desconhecimento horripilante das funções e do comportamento de magistrados dignos deste nome: integrantes da mais alta corte não podem se disponibilizar a prestar serviços como gratidão a seus nomeantes. A independência é a grande garantia da imparcialidade do juiz, que não pode estar vinculado a partidos políticos. A metralhadora giratória de Dirceu não pode ser levada a sério, pois seus alvos estão sendo injustiçados vingativamente por estarem cumprindo seus deveres constitucionais. A infelicidade atual de Dirceu é parte da fatura de seus próprios atos, pois ele é o punidor de si mesmo, como diziam os gregos: “heautontimorumenos”. Atingiu ele os píncaros da glória política e despencou rapidamente para o ostracismo e o isolamento. Foi abandonado por seus próprios companheiros, alguns da sofrida e insensata “luta armada” que não levou a nada, e deu sobrevida temporal ao governo de então (“erramos, e grosseiramente”). “Muitos atribuem a radicalização da ditadura ao surgimento das organizações armadas”, como ele mesmo insinua (cf. p. 53.). A frustração é absoluta para Dirceu e os seus, principalmente após os resultados das últimas eleições presidenciais. A desmoralização de seus julgadores não o inocenta de seus atos. Uma autocrítica talvez atenuasse as suas ações pregressas. Para juízes é melhor ser criticado por ele do que comprometedoramente ser elogiado.

Antenor Demeterco Júnior
Leitor

04 DEZ 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça comum é competente para julgar ações penais sobre bitcoins, decide STJ

Negociação de criptomoedas ainda não foi regulamentada no ordenamento jurídico brasileiro

Compete à Justiça estadual julgar suposta prática de crime envolvendo a negociação de bitcoins. A decisão é da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça ao determinar que a 1ª Vara de Embu das Artes (SP) julgue um caso envolvendo a moeda virtual.

Segundo o colegiado, não se observou no caso em análise nenhum indício de crime de competência federal, pois a negociação de criptomoedas ainda não foi objeto de regulação no ordenamento jurídico.

De acordo com o processo, duas pessoas, por meio de uma empresa, captavam dinheiro de investidores,

oferecendo ganhos fixos mensais, e atuavam de forma especulativa no mercado de bitcoins, sem autorização ou registro prévio da autoridade administrativa competente.

Durante a investigação, o Ministério Público de São Paulo entendeu que a ação deveria ser processada pela Justiça Federal, pois existiriam indícios de crimes como evasão de divisas, sonegação fiscal e movimentação de recurso paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.

A Justiça estadual acolheu a manifestação do MP e declinou da competência. A Justiça Federal, no entanto,

suscitou o conflito de competência sob o argumento de que a atividade desenvolvida pelos investigados não representaria crime contra o Sistema Financeiro Nacional, pois a moeda digital não configura ativo financeiro, e sua operação não se sujeita ao controle do Banco Central.

O relator do conflito no STJ, ministro Sebastião Reis Júnior, após analisar os autos, confirmou não haver indícios de crime de competência federal. Ele afirmou que as atividades desenvolvidas pelos suspeitos devem continuar a ser investigadas, só que na esfera estadual.

MARCO ASSEF

MP pede cassação de Francischini

O campeão de votos para a Assembleia Legislativa nas eleições de outubro deste ano, Fernando Francischini, no alto de seus mais de 400 mil votos pode ser cassado. A Procuradoria Regional Eleitoral do Ministério Público Federal fez o pedido de cassação do mandato de Francischini, bem como pede a perda dos direitos políticos por oito anos. No dia 7 de outubro, dia do primeiro turno, Francischini publicou nas redes sociais um vídeo onde diz que as urnas eletrônicas estavam fraudadas. O vídeo teve mais de 6 milhões de visualizações. A Procuradoria diz que Francischini divulgou “notícias falsas acerca de lisura do pleito eleitoral” e teve “promoção pessoal e partidária no dia da eleição”. O deputado estadual eleito se manifestou pelas redes sociais: “O dia que eu, deputado federal, for cassado por cumprir meu dever de fiscalizar as urnas eletrônicas e os políticos bandidos continuarem impunes, a democracia virará pó”.

04 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Sob Moro, PF terá reforço para apurar crimes de políticos

Após crises durante governo Temer, grupo que comanda investigações será reestruturado por futuro ministro

Sob o comando do futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, a nova direção da Polícia Federal planeja reforçar o grupo responsável por investigar crimes cometidos por ministros e políticos em exercício de mandato.

O plano é uma reação à crise pela qual o chamado Serviços de Inquéritos Especiais (SINQ) passa desde a gestão de Fernando Segovia.

Diretor-geral da PF de novembro de 2017 a fevereiro de 2018, ele foi acusado pelo grupo de interferir em investigação sobre o presidente Michel Temer no suposto esquema no porto de Santos.

Antes com 13 equipes montadas para as apurações, cada uma com um delegado, escrivães e agentes, o serviço conta atualmente com apenas 5 equipes fixas.

Na gestão do delegado Rogério Galloro, que sucedeu Segovia, os desentendimentos com o grupo permaneceram. Até sessões compulsórias de terapia foram implementadas diante da análise de que servidores viviam sob efeito de estresse.

04 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Após crises na era Temer, PF de Moro vai priorizar crimes de políticos

Grupo da Polícia Federal que conduz inquéritos no Supremo havia sido reduzido em meio a desentendimentos com ex-diretor-geral

Camila Mattoso e Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA Sob o comando do futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, a nova direção da Polícia Federal pretende reestruturar e reforçar o grupo responsável por investigar perante o STF (Supremo Tribunal Federal) crimes cometidos por ministros e políticos em exercício do mandato.

O setor é tido como essencial para o combate à corrupção, bandeira que Moro, indicado para o cargo pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, definiu como prioridade.

A decisão da equipe de Moro é uma reação à crise a que passa o grupo, conhecido pela sigla SINQ (Serviços de Inquéritos Especiais) desde a gestão do delegado Fernando Segovia.

Antes com 13 equipes montadas para as investigações, cada uma com um delegado, escrivães e agentes, esse time hoje conta com apenas cinco equipes fixas.

Escolhido como novo diretor-geral da PF, o delegado Maurício Valeixo tem conhecimento dos problemas e avisou que vai privilegiar o assunto assim que tomar posse.

Na origem da crise do SINQ, núcleo responsável por investigar autoridades com prerrogativa de foro, está a passagem

de Segovia pela direção-geral do órgão, entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018.

Um dos eixos de tensão se deu em torno do inquérito sobre Michel Temer no suposto esquema no porto de Santos.

A investigação causou a principal polêmica da gestão Segovia, resultando em sua queda. Em entrevista, o então diretor afirmou que não havia indícios contra o emedebista. Em reação, o grupo enviou um memorando repudiando interferências nas investigações — delegados desfrutam de independência funcional.

O coordenador do time era Josélio Azevedo, que estava no posto desde o início da Lava Jato.

Apesar de dizer enxergar erros na gestão anterior, a equipe do delegado Rogério Galloro, que sucedeu Segovia, chamou de “rebelião” o movimento do SINQ e enxergou no episódio uma traição hierárquica. A avaliação era de que os delegados dos inquéritos especiais passaram a achar que eram mais importantes do que a própria PF.

Sob Galloro, que se mantém no cargo, procedimentos foram adotados para controlar o que se entendeu como “desvios” dos integrantes do grupo de inquéritos especiais.

A primeira medida foi tirar

de Josélio a coordenação, o que não foi bem aceito pelos demais membros da equipe.

A desarticulação do grupo foi acentuada com a saída de seu coordenador. Alguns delegados deixaram a equipe, sob justificativa de licença capacitação.

Durante o inquérito dos portos, os conflitos foram frequentes. A conclusão da investigação foi prorrogada diversas vezes, algumas delas com a justificativa de que não havia mão de obra suficiente para a análise de material apreendido.

Em um desses momentos, Galloro e o ministro do STF Luís Roberto Barroso, relator do inquérito dos portos, se falaram por telefone. O chefe da PF garantiu ao ministro que haveria reforço.

O episódio pegou mal na direção. A visão era de que Cleyber Malta, responsável pela investigação, havia se apegado ao caso e que fazia parceria com outro Poder, o Judiciário, para conseguir seus objetivos.

Em outro capítulo, servidores do grupo foram colocados compulsoriamente em sessões de terapia, diante da análise de que estavam sob efeito de muito estresse. A decisão foi tomada pela diretoria e foi interpretada como falta de respeito.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com o argumento de organizar e profissionalizar o setor, o delegado Elzio Vicente da Silva, que é diretor de Combate ao Crime Organizado (Dicor), a quem o SINQ está vinculado, passou a cobrar projetos de investigação para fornecer instrumentos necessários. A iniciativa também foi mal vista. Parte dos integrantes entendeu como tentativa de controle de informações.

Elzio é tido como um dos principais quadros da polícia. A avaliação, no entanto, é que não deu certo com a atual equipe e que não teve habilidade para administrar a crise que se criou com o que ficou conhecido como "trauma Segovia".

Recentemente, foi aberto um recrutamento para mais seis equipes, mas não houve interessados suficientes.

O grupo de inquéritos especiais foi criado no início da década após conversas entre a polícia e o STF para agilizar investigações sobre crimes cometidos por políticos com foro.

Até a saída de Segovia, existiam 283 procedimentos registrados de forma especial na PF, incluindo inquéritos abertos e ações cautelares. Atualmente, são 153.

A redução do número se deu basicamente por dois motivos: alguns casos foram concluídos e outros desceram para a primeira instância, após decisão do Supremo de restringir o foro especial.

Desde maio, a corte passou a só julgar episódios em que os crimes tenham sido cometidos durante o mandato.

Cansei de levar bola nas costas, diz ex-juiz sobre exoneração

Lucas Neves

MADRI O futuro ministro Sergio Moro disse nesta segunda-feira (3) em Madri que trocou a magistratura pelo Executivo por entender que havia um alcance limitado de suas sentenças enquanto juiz.

Para Moro, só o trabalho de procuradores, policiais e juizes não basta para enfrentar a corrupção.

"Temos no Brasil uma expressão segundo a qual alguém diz estar cansado de levar bola nas costas", afirmou à plateia de um seminário promovido pela Fundação Internacional para a Liberdade, presidida pelo Nobel de Literatura peruano Mario Vargas Llosa, que mediu a mesa.

"Meu trabalho no Judiciário era relevante, mas tudo aquilo poderia se perder se não impulsionasse reformas maiores, que eu não poderia fazer como juiz", disse, sem detalhar quais mudanças ocorreria.

O ex-magistrado foi apresentado por Vargas Llosa como um "juiz desconhecido que, com grande coragem e conhecimento das leis brasileiras, iniciou uma campanha eficiente de combate à corrupção respaldada pela população".

No evento, Moro defendeu Jair Bolsonaro e disse não ver no presidente eleito nenhum "traço de autoritarismo".

66

Temos no Brasil uma expressão segundo a qual alguém diz estar cansado de levar bola nas costas. Meu trabalho no Judiciário era relevante, mas tudo aquilo poderia se perder

Sergio Moro

MORO É O
SUPERAMINISTRO
DA JUSTIÇA

Prioridades

- Foco em lavagem de dinheiro, mirando patrimônio de envolvidos

- Objetivo é descapitalizar facções

- Redução de números da violência terá como pilar a integração das polícias

Formato

- Utilização de forças-tarefas para assuntos específicos e prioritários no governo e a criação de uma nova secretaria, de Operações Policiais Integradas

- O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) fará parte do guarda-chuva de Moro

04 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

RICARDO LEWANDOWSKI

Ministro do STF e professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da USP

Democracia na atualidade

Deve-se proteger o voto de interferências espúrias

Nesta quadra difícil pela qual passam o país e o mundo, em que a violência real ou simbólica contra supostos inimigos e aqueles que pareçam diferentes cresce dia a dia, potencializada por ódios e incompreensões de toda espécie, é preciso retomar a discussão acerca da democracia.

Embora do ponto de vista etimológico signifique simplesmente governo do povo, ela expressa uma ideia muito mais densa, plasmada que foi por lutas multisseculares contra a tirania e a opressão.

Alguns, ainda apegados a concepções do século 18, definem-na como um regime que limita o exercício do poder. Outros, buscando aperfeiçoar sua prática, fazem-na corresponder a certo modo de governar ou escolher os governantes.

Dalmo Dallari, revisitando o tema, identifica três questões que merecem ser mais bem debatidas. Primeira: como fazer com que prevaleça efetivamente a supremacia da

vontade do povo? Segunda: como evitar que a liberdade prepondera sobre a igualdade ou vice-versa? Terceira: como evitar que a democracia seja identificada com determinada forma ou sistema de governo?

Quanto à primeira, constata-se que continua necessário aprimorar os instrumentos legais e políticos existentes para garantir a livre expressão e manifestação da vontade dos cidadãos. Não basta apenas assegurar o voto direto, secreto, universal e periódico, sendo essencial resguardá-lo contra quaisquer interferências espúrias, especialmente as levadas a efeito pelas hoje onipresentes mídias eletrônicas, ressalvada a legítima divulgação de dados e opiniões.

No tocante à segunda, sabe-se que tanto a liberdade ilimitada usufruída só pelos economicamente privilegiados, tal como a igualdade levada a extremos em favor dos meios aquinhoados, termina por su-

focar uma das duas. A história evidencia que o aumento desmedido de um desses valores ocorre sempre em detrimento do outro, cumprindo encontrar-se um meio termo entre ambos.

Com referência à última, a experiência mostra que monarquias ou repúblicas, bem assim parlamentarismos ou presidencialismos, são equivalentes em virtudes e defeitos, revelando-se ou mais ou menos compatíveis com os ideais democráticos a depender do local ou momento em que vigoram. O mesmo ocorre com as distintas metodologias eleitorais, que se resumem a técnicas alternativas de captação do sufrágio popular.

Por essas razões, quem cogita de democracia atualmente, seja qual for a respectiva inclinação ideológica, há de ter como ponto de partida a plena fruição dos direitos fundamentais, compreendidos em suas várias gerações ou dimensões; a saber, direitos individuais e sociais, além dos denominados direitos de fraternidade ou solidariedade, dentre os quais sobressai a defesa do meio ambiente.

Democracia assim entendida abrange ainda o princípio da proibição do retrocesso, contemplado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, promulgada pela ONU, a qual enumera —mas não esgota— as franquias essenciais para uma convivência minimamente civilizada entre as pessoas, sobretudo em se tratando da proteção de minorias e grupos vulneráveis.

04 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

Lobby por novos tribunais deve voltar em 2019

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO O colapso dos serviços no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, deverá reativar no início do governo Jair Bolsonaro (PSL) o lobby para a criação de novos tribunais federais, apesar da grave crise econômica.

O maior dos cinco TRFs não dá conta dos processos para julgar, recursos vindos de 13 estados e do Distrito Federal.

“O nosso tribunal é um continente porque, na verdade, é o único que engloba quatro regiões geográficas”, diz Carlos Moreira Alves, presidente do TRF-1.

“Nem mesmo para as prioridades estamos conseguindo instrumentos para mantê-las razoavelmente em dia”, diz.

Em 2015, a então corregedora nacional, ministra Nancy Andrighi, encontrou 62 mil ações sem julgamento, estocadas havia décadas numa garagem do TRF-1.

O Supremo Tribunal Federal deverá ser pressionado para julgar uma liminar (decisão provisória) proferida em 2013 pelo então presidente, Joaquim Barbosa, que suspendeu a Emenda Constitucional nº 73/2013, promulgada pelo Congresso, criando quatro novos tribunais. Na liminar, sustentou que eles estariam “mais propensos às investidas de interesses paroquiais”.

O relator da ação é o ministro Luiz Fux. O presidente Dias Toffoli não comenta.

A Justiça Federal de segunda instância tem cinco sedes: Brasília (TRF-1), Rio de Janeiro (TRF-2), São Paulo (TRF-3), Porto Alegre (TRF-4) e Recife (TRF-5). A emenda pre-

vê novos tribunais em Curitiba (TRF-6), Belo Horizonte (TRF-7), Salvador (TRF-8) e Manaus (TRF-9).

Em 2013, os cinco tribunais combatiam a proposta. O então presidente do TRF-1, Mário Cesar Ribeiro, resumiu a posição comum: “Há soluções mais viáveis para o Estado, sem criar todo um aparato, toda uma estrutura gigantesca, e com um gasto muito menor para os cofres públicos”.

Em 2018, a maioria dos presidentes admite, com ressalvas, a reivindicação da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que tem apoio da Ordem dos Advogados do Brasil.

O presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, se opõe ao projeto.

“A criação dos novos TRFs tem um custo altíssimo. O novo presidente que tomará posse em janeiro se deparará com um cenário econômico muito difícil”, diz.

Ele reclama que o Congresso Nacional não consultou a magistratura nem os presidentes de TRFs.

“Não fomos convidados a opinar. A ideia de criar novas cortes sequer foi objeto de uma audiência pública”, afirma.

O ministro João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, defende a criação de tribunais. Ele não quis comentar.

O TRF-1 ficou estagnado porque colocaram mais juízes na região, sem ampliar o número de magistrados no tribunal.

Noronha é mineiro e não esconde seu interesse pelo novo tribunal em Belo Horizonte.

Acalentaria o desejo de ver um dos filhos ocupar uma vaga de juiz indicado pela advocacia.

Em 1993, o Conselho da Justiça Federal rejeitou a criação de três novos tribunais (MG, PR e BA). A maioria julgou a ideia “inconveniente”, “inoportuna” e “injustificável”.

Vinte anos depois, a Anpaf (Associação Nacional dos Procuradores Federais) questionou no STF a criação dos quatro novos tribunais.

“Para se julgar um volume de apenas 5% dos casos da Justiça Federal, os quatro tribunais consumirão praticamente 15% do orçamento”, argumentou.

O Conselho Nacional de Justiça não foi consultado. Estudo do DPJ (Departamento de Pesquisas Judiciárias), órgão do CNJ, desaconselhara a criação de novos tribunais.

04 DEZ 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

VERÃO PASSADO Advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) citarão um voto antigo do ministro Celso de Mello como precedente para questionar a imparcialidade do ex-juiz Sergio Moro nesta terça (4), quando a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal julgará novo habeas corpus do líder petista.

ÚLTIMA QUE MORRE Em 2013, ao julgar o caso de um doleiro, o ministro votou pela suspensão de Moro, que monitorou voos de advogados do acusado para garantir sua prisão. Mello ficou isolado na época, mas a defesa de Lula acha que o ex-presidente teria uma chance agora se conseguir seu apoio.

TENTE ONTRA VEZ O PT e movimentos sociais ligados ao partido estão organizando atos em todo o país para pedir a liberdade de Lula no dia 10 de dezembro, quando Jair Bolsonaro será diplomado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

MÔNICA BERGAMO

SUSTO O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal) afirmou em uma palestra na procuradoria-geral do Rio, há alguns dias, que “quem pensa que o problema da educação no Brasil é Escola Sem Partido, ideologia de gênero ou saber se 1964 foi golpe ou não, está assustado com a assombração errada”.

NA REAL “Os problemas são outros: não alfabetização na idade própria, evasão no ensino médio, déficit de aprendizado e capacitação de professores”, disse o magistrado.

MORDAÇA Barroso é o relator de ações que questionam a implantação da Escola Sem Partido em estados e municípios e concedeu liminar suspendendo as medidas.

PALAVRA O promotor de Justiça Roberto Livianu lança nesta terça (4), na Casa das Rosas, em São Paulo, o livro de crônicas “50 Tons da Vida”, no qual escreve sobre temas variados como corrupção e justiça.

TIROTEIO

“A Justiça ficará de mãos atadas sem uma lei que responsabilize empresas que impulsionam boatos e mentiras no WhatsApp”

De Henrique Neves, ex-ministro do TSE, sobre esquema de propagação de mensagens que beneficiou candidatos nas eleições

04 DEZ 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Imoralidade



Como não há insulto ao qual não se possa adicionar a injúria, o Senado decidiu aplicar a seus servidores já neste mês, inclusive para o 13.º salário, o novo teto remuneratório do funcionalismo público. Estabelecido depois de vergonhoso arranjo entre os Poderes Executivo e Judiciário, o novo teto deveria valer somente a partir do ano que vem, mas a Mesa do Senado resolveu favorecer desde já os servidores que hoje acumulam vencimentos que superam o limite atual, de R\$ 33,7 mil, e portanto estão sujeitos ao desconto do chamado “abate teto” – mecanismo que corta do salário tudo o que supera aquele limite.

Com o novo teto, de R\$ 39,2 mil, esses servidores receberão agora o que os ministros do Supremo Tribunal Federal, para os quais o aumento salarial se aplicava originalmente, só ganharão em 2019. Nem é o caso de discutir aqui se o impacto disso no Orçamento será grande ou pequeno; o que chama a atenção é que, ao comportamento deplorável dos sindicalistas de toga e à leniência do Executivo, soma-se o oportunismo do Legislativo, cuja ânsia de aumentar os contracheques criou um inusitado “efeito cascata invertido” – em que a consequência do aumento do teto do funcionalismo acontece antes mesmo de seu próprio fator gerador.

Tal desfecho é condizente com todo o processo que resultou no aumento para os ministros do Supremo. O País testemunhou, impotente, a nata do Judiciário desfigurar a Constituição para obter o reajuste salarial que reivindicavam.

Primeiro, por meio de uma liminar, o Supremo estendeu a concessão do auxílio-moradia para todos os magistrados e procuradores do País, mesmo para aqueles que possuem imóvel na cidade em que trabalham. Não faltaram ministros que

se dispuseram a insultar a inteligência do contribuinte ao tentar justificar tamanha desfaçatez, quando já estava claro que o auxílio-moradia estava sendo de fato incorporado ao salário.

A manobra ficou ainda mais explícita quando o Supremo, na negociação com os demais Poderes, ofereceu barganhar o fim do auxílio-moradia pela incorporação desse valor ao salário. Um verdadeiro *quid pro quo*, expressão latina para o famoso toma lá dá cá. Ou seja, o Supremo criou um problema para vender uma solução.

E nada impede que isso possa voltar a ser feito no futuro, já que, como salientou o ministro Luiz Fux, autor da liminar que havia apresentado todos os magistrados do País com o auxílio-moradia, “a Constituição é um documento vivo, em constante processo de significação e resignificação”. Ou seja, sempre que houver necessidade, o Supremo encontrará justificativas hermenêuticas para impor seus interesses corporativos, fazendo para isso a leitura constitucional que lhe aprouver.

A decisão do Senado de aplicar desde já um aumento salarial que só deveria ser pago no ano que vem é a consequência lógica do pensamento segundo o qual o interesse do corpo de funcionários públicos estará sempre acima dos interesses dos contribuintes que o sustentam – sempre sob o argumento de que esses servidores estão a desempenhar papel crucial para o bom funcionamento do País e, por isso, merecem tratamento diferenciado em relação ao resto dos trabalhadores. Como a ilustrar esse ponto, o presidente do Supremo, Dias Toffoli, argumentou que o reajuste serviria para “resgatar a dignidade da magistratura” e que, sem o aumento, “a magistratura para”. E o ministro perguntou: “Quem é que vai pôr as pessoas na cadeia? Eles vão se ‘auto-pôr’ na cadeia?”

Nem é preciso lembrar que os servidores públicos, com destaque para os do Judiciário, já são, na média, os

trabalhadores mais bem pagos do País; tampouco é preciso recordar que tanto os juízes como os legisladores brasileiros estão entre os mais bem remunerados do mundo, com benefícios que não se encontram em nenhum outro lugar. O mais importante a salientar em tudo isso é a total incapacidade dessas corporações de entender a dura situação do País, com alto desemprego e contas públicas em frangalhos. O fato de que podem, numa canetada, atender a seus interesses trabalhistas não significa que devam fazê-lo.

04 DEZ 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Moro descarta 'risco de autoritarismo'

● O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, disse ontem, em evento em Madri, não ver "risco de autoritarismo" no governo Bolsonaro. "Não vislumbro no presidente eleito um risco de autoritarismo ou risco à democracia", disse ele, que minimizou ainda as declarações de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral consideradas racistas, homofóbicas e misóginas. "As pessoas às vezes dão declarações infelizes (...), isso não significa que se traduziriam em políticas públicas concretas e não há nada que indique que adotará políticas discriminatórias contra as minorias no Brasil", afirmou Moro. / COM INFORMAÇÕES DA AFP E DA EFE

COLUNA DO ESTADÃO

● **click.** Mulher do futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, Rosângela iniciou projeto para ajudar concurseiros que passaram nas provas, mas não foram convocados.

SÔNIA RACY

Custo tribunal

Com o salário dos ministros do STF ainda em pauta, vale lembrar que o orçamento da corte em 2017 chegou aos R\$ 644,54 milhões, segundo seu próprio portal. Só de estagiários, o Supremo tem 326. E mais: além dos 11 titulares, outros 15 ministros inativos recebem R\$ 33,7 mil por mês.

04 DEZ 2018

BEMPARANÁ

Orçamento é aprovado sem corte de verba da Assembleia

Proposta de redução de R\$ 135 milhões no repasse para Legislativo não avançou

Ivan Santos

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de Orçamento do Estado para 2019. O texto aprovado pelos deputados, que ainda deve passar por pelo menos uma segunda votação hoje, mantém a previsão de destinação de 3,1% das receitas do Estado, ou R\$ 748 milhões para o Legislativo, já que a proposta de reduzir esse percentual para 2,5% defendida pelo governador eleito e deputado estadual licenciado, Ratinho Júnior (PSD), não avançou.

No último dia 20, Ratinho Jr anunciou a intenção de encampar a ideia de reduzir o repasse de verbas para a Assembleia, lançada inicialmente pelo primeiro-secretário da Casa, deputado Plauto Miró Guimarães (DEM), o que garantiria um reforço de caixa de R\$ 135 milhões ao Executivo no ano que vem. Para que o corte valesse já para o ano que vem, seria necessário alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 – que serviu de base para a elaboração da proposta de Orçamento – já aprovada pelos deputados em julho. A mudança dependeria de uma iniciativa da atual governadora Cida Borghetti (PP), que prometeu atender o pedido de imediato, encaminhando a proposta à Assembleia.

Na semana passada, porém, o presidente do Legislativo, deputado Aedmar Traiano (PSDB), afirmou que estava encaminhando uma consulta sobre o assunto à Procuradoria Geral do Estado (PGE). Ontem, ele confirmou que o entendimento da procuradoria jurídica da Casa e dos próprios parlamentares de que a alteração seria inviável legalmente. “Qualquer alteração que se pretenda fazer nesse

momento, na visão da Procuradoria-Geral da Casa, é inconstitucional. Isso porque os percentuais são firmados durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que nós votamos e aprovamos no mês de julho”, alegou o tucano. “Estamos aguardando o posicionamento da PGE. Mas o que temos até agora é que a LOA está aqui na Casa em tramitação. Se o Poder Executivo entender, mesmo após a votação, que é possível fazer essa alteração, ele pode encaminhar um substitutivo ou uma nova mensagem. A iniciativa sempre é do Poder Executivo”, afirmou Traiano.

No Paraná, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente. Esse percentual é dividido

em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas e 3,1% à Assembleia.

Efeito cascata - A discussão sobre a redução do Orçamento da Assembleia acontece em meio a outro debate, sobre o “efeito cascata” do aumento dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal. No início de novembro, Traiano afirmou que se for confirmado o aumento dos salários dos deputados federais, em razão do reajuste de 16,38% para os ministros do STF, os vencimentos dos deputados estaduais também seriam elevados “automaticamente”. Caso o reajuste seja replicado na Assembleia, os salários dos deputados estaduais passariam dos atuais R\$ 25.322,25 para R\$ 29.469,75 mensais, com impacto de R\$ 3 milhões a mais ao ano para os cofres públicos paranaenses.

04 DEZ 2018

BEMPARANÁ

Lava Jato cobra US\$ 20 milhões de Palocci

A Operação Lava Jato está cobrando US\$ 20.439.382,16 (R\$ 78,12 milhões) do ex-ministro Antonio Palocci (Governos Lula e Dilma/Fazenda e Casa Civil), delator da investigação, “sob pena de ser novamente recolhido à prisão”. Palocci deixou a cadeia no dia 29 de novembro, após dois anos e dois meses preso - desde setembro de 2016, alvo da Operação Omertà - passando para o regime semiaberto domiciliar. Condenado a 9 anos e 10 dias de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o ex-ministro, beneficiado pela delação que fechou com a Polícia Federal, passou ao cumprir pena provisória em regime prisional semiaberto domiciliar, com tornozeleira eletrônica.

O Ministério Público Federal afirmou que houve um “erro material relativo à aplicação equivocada da cláusula 3.ª do Acordo de Colaboração (cláusula expressamente não homologada pelo TRF)”.

04 DEZ 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

CNJ vai definir como juízes poderão usar o auxílio-moradia

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou um procedimento para regulamentar o pagamento do auxílio-moradia para casos específicos, como juízes removidos para outro Estado, por exemplo. Na semana passada, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou o benefício do auxílio-moradia de todos os integrantes de Judiciário, Ministério Público, defensorias públicas e tribunais de contas.

Na decisão, o ministro determinou ao CNJ e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que regulamentem o benefício nos casos de juízes e procuradores que, por exemplo, se mudem de cidade ou de Estado. A revogação do benefício foi negociada com o Palácio do Planalto a fim de permitir a sanção, pelo presidente Michel Temer, do reajuste de 16,38% nos salários dos ministros do STF. ●

"Cansei de levar bola nas costas", diz Moro

O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, disse ontem em Madri que trocou a magistratura pelo Executivo porque estava "cansado de tomar bola nas costas". Ele usou a expressão para caracterizar o que seria um alcance limitado de suas sentenças enquanto juiz. Para Moro, só o trabalho de procuradores, policiais e juízes não basta para enfrentar a corrupção. É preciso alistar outros atores, outros Poderes.

"Como gostamos de futebol, temos no Brasil uma expressão segundo a qual alguém diz estar cansado de levar bola nas costas", afirmou à plateia de um seminário promovido pelo Nobel de Literatura peruano Mario Vargas Llosa, que mediu a mesa. "Meu trabalho no Judiciário era relevante, mas tudo aquilo poderia se perder se não impulsionasse reformas maiores, que eu não poderia fazer como juiz", completou Bolsonaro. ■

04 DEZ 2018

METRO

Justiça reverte leilão do Hospital Evangélico

Governo. Liminar impede que a venda seja concretizada até que mérito seja definido

Uma decisão do ministro Renato de Lacerda Paiva, publicada ontem pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), em Brasília, determinou que a venda do Hospital Evangélico, em Curitiba, seja suspensa até que se julgue o mérito do processo.

A liminar de Paiva exige que os responsáveis atuem para “suspender a expedição da carta de arrematação (do leilão)” e também para impedir “a imissão do arrematante (o Instituto Mackenzie) na posse dos bens arrematados (do Evangélico), até o julgamento dos referidos Agravos de Petição”.

O leilão já foi realizado duas vezes, mas o primeiro foi cancelado por falta de pagamento. Desta vez a venda está sendo contestada pela Universidade Brasil – concorrente derrotada que argumenta que o Mackenzie participou do lei-

R\$ 215

milhões foi o valor oferecido pelo Instituto Mackenzie pelo hospital de Curitiba. O valor está depositado em juízo.

lão irregularmente. O instituto paulista não teria instituído seus representantes na maneira correta para poder fazer os lances.

O valor do lance (R\$ 215 milhões) foi depositado em juízo e ainda não foi utilizado – as dívidas do Evangélico são estimadas em R\$ 215 milhões.

Um novo interventor indicado pelos compradores, no entanto, já vem atuando normalmente no hospital. Ontem o Evangélico disse ainda não ter sido notificado da decisão judicial.

● METRO CURITIBA

04 DEZ 2018

METRO

Cunha pede nulidade de atos de Moro

A defesa do ex-deputado federal Eduardo Cunha pediu à 13ª Vara Federal de Curitiba a nulidade de todos os atos do ex-juiz Sérgio Moro na ação penal decorrente da operação Lava Jato a que ele responde. A petição solicita ainda que o Cunha seja novamente ouvido no processo, desta vez pela juíza Gabriela Hardt, substituta de Sérgio Moro.

Os advogados de Cunha argumentam que Moro não tem imparcialidade, por ter aceitado o cargo de minis-

tro do futuro governo Jair Bolsonaro, e que não poderia ter conduzido o interrogatório do último dia 31 de outubro, “coincidentemente a mesma data em que presidiu sua última audiência de instrução e julgamento como magistrado”. Moro anunciou que aceitaria o cargo no governo no dia seguinte, 1º de novembro.

A defesa argumenta ainda que não teve acesso a uma prova pericial e que Moro, mesmo assim, teria mantido

o interrogatório para o dia 31.

Nesse processo, o ex-presidente da Câmara dos Deputados é suspeito de receber propina em contratos para o fornecimento de navios-sonda para a Petrobras. Preso desde outubro de 2016, Cunha já foi condenado em outro processo da Lava Jato, em março de 2017, a 15 anos e 4 meses de prisão, por receber propina em contrato da Petrobras para a exploração de petróleo em Benin, na África.

© METRO CURITIBA

Vereadores policiais são condenados

Dois ex-delegados, um ex-investigador da Polícia Civil e um vereador da cidade de Marialva, no norte do Paraná, foram condenados por envolvimento com o jogo do bicho, informou ontem o MP-PR (Ministério Público do Paraná). O vereador foi condenado por associação criminosa e corrupção ativa. Os policiais, que atuaram na comarca entre os anos 1994 até 2010, por associação criminosa, corrupção passiva e falsidade ideológica. Eles já estavam afastados das funções por causa de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público.

Além dos quatro, um empresário da cidade foi sentenciado por associação criminosa, corrupção ativa e falsidade ideológica. Segundo a denúncia do MP-PR, proposta em dezembro de 2010, desde a década de 1980 a família do empresário é ligada à contravenção.

Eleições. TRE avalia pedidos de investigação

Estão no TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná os dois pedidos de investigação contra seis acusados por irregularidades eleitorais no Paraná. A Corte pode tanto abrir as investigações quanto rejeitar os pedidos feitos pelos Ministério Público Eleitoral.

São dois processos: no primeiro deles são acusados a governadora Cida Borghetti, o deputado estadual Nelson Justus, o prefeito e o vice-prefeito de Guaratuba, Roberto Cordeiro Justus e Jean Colbert Dias, além de um candidato não eleito. Eles teriam promovido um evento irregular de campanha, usando o nome da prefeitura.

A segunda acusação é contra o deputado estadual eleito Delegado Francischini, por suposta divulgação de fake news sobre fraudes em urnas - fato que ele nega. “O dia que eu for cassado por fazer uma denúncia usando imunidade parlamentar é porque virou pó a democracia”, disse em vídeo publicado no facebook.

Em nota, a governadora disse que não participou da organização do evento e portanto considera não ter praticado abuso de poder. A prefeitura de Guaratuba e o gabinete do deputado Nelson Justus não comentaram o caso.

TRF4 mantém condenação de ex-gerente

O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) manteve a condenação de Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, ex-gerente da área internacional da Petrobras. Ele foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e teve a pena diminuída de 11 anos e dez meses para dez anos, oito meses e 20 dias de prisão. Bastos foi preso em maio do ano passado, na 41ª fase da Lava Jato. O TRF4 ainda manteve a prisão dele no Complexo Médico-Penal em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. © METRO CURITIBA